

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO
PARAÍBA S.A.

Relatórios do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.
São José dos Campos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

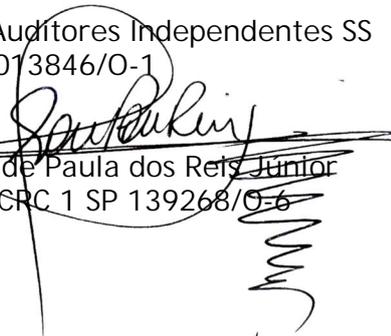


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de fevereiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 073846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6


Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF-008.320/O-5 - S - SP

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

| Ativo | | | | Passivo e patrimônio líquido | | | |
|------------------------------------|------|----------------------|----------------------|--------------------------------------------------|------|----------------------|----------------------|
| | Nota | 2017 | 2016 | | Nota | 2017 | 2016 |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 5.333 | 5.160 | Fornecedores | | - | 85 |
| Contas a receber | 5 | 1.110 | 1.323 | Empréstimos e financiamentos | 6 | 10.178 | 10.538 |
| Tributos a recuperar | | - | 22 | Obrigações sociais | | 3 | 4 |
| Contas a receber locação de ativos | 5 | 13.634 | 13.335 | Obrigações fiscais | | 151 | 58 |
| Outros créditos | | 23 | 24 | Contas a pagar - partes relacionadas | 7 | 19 | 18 |
| | | <u>20.100</u> | <u>19.864</u> | Dividendos a pagar | | 407 | 411 |
| | | | | | | <u>10.758</u> | <u>11.114</u> |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Contas a receber locação de ativos | 5 | 77.831 | 76.190 | Empréstimos e financiamentos | 6 | 73.540 | 75.257 |
| Contas a receber | | 218 | - | Fornecedores | | 36 | - |
| Outros créditos | | 17 | 25 | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 12 | 2.976 | 506 |
| Imobilizado | | 1 | 7 | Outras contas a pagar | | - | 69 |
| Intangível | | 6 | 6 | | | <u>76.552</u> | <u>75.832</u> |
| | | <u>78.073</u> | <u>76.228</u> | | | | |
| | | | | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital social | 8 | 7.826 | 7.826 |
| | | | | Reservas de lucros | | 3.037 | 1.320 |
| | | | | | | <u>10.863</u> | <u>9.146</u> |
| Total do ativo | | <u><u>98.173</u></u> | <u><u>96.092</u></u> | Total do passivo e do patrimônio líquido | | <u><u>98.173</u></u> | <u><u>96.092</u></u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Nota | 2017 | 2016 |
|----------------------------------------------------------|------|---------|----------|
| Receita líquida | 9 | 13.902 | 98.011 |
| Custo dos serviços prestados | 10 | (1.811) | (83.093) |
| Lucro bruto | | 12.091 | 14.918 |
| Receitas/(despesas) operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 10 | 185 | 149 |
| Outras receitas, despesas operacionais líquidas | | (6) | - |
| | | 179 | 149 |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 12.270 | 15.067 |
| Resultado financeiro | 11 | | |
| Receitas financeiras | | 439 | 524 |
| Despesas financeiras | | (7.880) | (9.201) |
| | | (7.441) | (8.677) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 4.829 | 6.390 |
| Imposto de renda e contribuição social | 12 | | |
| Correntes | | (648) | (734) |
| Diferidos | | (2.470) | (1.669) |
| | | (3.118) | (2.403) |
| Lucro líquido do exercício | | 1.711 | 3.987 |
| Lucro líquido por ação - básico e diluído | 13 | 0,219 | 0,509 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | 2017 | 2016 |
|----------------------------|-------|-------|
| Lucro líquido do exercício | 1.712 | 3.987 |
| Resultados abrangentes | 1.712 | 3.987 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

| | Capital social | Recursos para Aumento de Capital | Reserva de legal | Reservas de lucros | Lucros/(prejuízos) acumulados | Total |
|----------------------------------------------|----------------|-------------------------------------|------------------|--------------------|----------------------------------|--------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2016 | 5.626 | 2.200 | - | - | (2.256) | 5.570 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 3.987 | 3.987 |
| Integralização de capital | 2.200 | (2.200) | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | 86 | - | (86) | - |
| Dividendos obrigatórios | - | - | - | - | (411) | (411) |
| Transferência para reserva de lucros | - | - | - | 1.234 | (1.234) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 7.826 | - | 86 | 1.234 | - | 9.146 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 1.712 | 1.712 |
| Reserva legal | - | - | 86 | - | (86) | - |
| Reversão de dividendos do exercício anterior | - | - | - | 411 | - | 411 |
| Dividendos obrigatórios | - | - | - | - | (406) | (406) |
| Transferência para reserva de lucros | - | - | - | 1.220 | (1.220) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 7.826 | - | 172 | 2.865 | - | 10.863 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | 2017 | 2016 |
|------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 1.712 | 3.987 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais: | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | 3.118 | 2.403 |
| Contas a receber - locação de ativo | (15.121) | (8.354) |
| Depreciações e amortizações | 6 | 1 |
| Juros sobre empréstimos | 7.869 | 9.186 |
| Variação nos ativos operacionais | | |
| Contas a receber | (5) | (300) |
| Tributos a recuperar | 22 | 24 |
| Outros créditos | 9 | (49) |
| Contas a receber - locação de ativo | 13.182 | 13.272 |
| Variação nos passivos operacionais | | |
| Fornecedores e partes relacionadas | (48) | 20 |
| Obrigações sociais | (1) | 1 |
| Obrigações fiscais | 93 | (34) |
| Outras contas a pagar | (69) | - |
| Impostos diferidos | - | (8.187) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (647) | (708) |
| Juros pagos | (7.660) | (7.542) |
| Caixa oriundo das atividades operacionais | <u>2.460</u> | <u>3.721</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Empréstimos: | | |
| Pagamento de empréstimos - principal | (2.287) | (2.319) |
| Integralização de capital | - | 2.200 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | (2.200) |
| Caixa oriundo das atividades de financiamento | <u>(2.287)</u> | <u>(2.319)</u> |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | <u>173</u> | <u>1.402</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício | 5.160 | 3.759 |
| Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício | 5.333 | 5.160 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | <u>173</u> | <u>1.402</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 04 de julho de 2011, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09 ("Contrato"), celebrado com a Sociedade de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP"), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 40.576/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de São José dos Campos - Sub Bacia Pararangaba (parcial), composto pela Estação de Tratamento de Esgoto, Coletor Tronco Pararangaba (parcial), Coletor Tronco Botujuru (parcial), Coletor Tronco Galo Branco, Coletor Tronco Cajuru, Estação Elevatória de Esgotos São Vicente e respectiva Linha de Recalque, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Termo de Contrato e foi estimado em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$ 186.960 composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$ 779, que correspondem ao Valor Mensal da Locação ("VML"), na data de referência dos preços de 1º de março de 2011.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados.

A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação, com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título.

A segunda etapa do contrato com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação, e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML.

O valor estimado para conclusão da obra é de R\$ 80.374, conforme contrato entre a Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. e o consórcio construtor responsável pela sua execução.

Ao término da operação assistida em maio de 2016, a sua principal atividade operacional passou a ser exclusivamente a locação do Sistema de Esgotos Sanitários de São José dos Campos à SABESP por um período de 240 meses a partir da emissão do Termo de Aceitação Provisória, formalizado entre a Sociedade e a SABESP e emitido em janeiro de 2015. Com base nas principais características do contrato de locação, sumarizadas nos itens a seguir, e nos conceitos e práticas contábeis estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, a referida operação de locação da Sociedade foi avaliada como arrendamento mercantil financeiro, similantemente a uma operação de venda de ativo financiada à SABESP, em função das características relacionadas abaixo:

- A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil;
- No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado.

Com essa nova configuração, a Sociedade passou a ter como principal objetivo a assunção e o gerenciamento dos ativos (contas a receber) e passivos (financiamentos e patrimônio) produzidos na concessão, exercendo a correspondente gestão até o término do prazo do referido contrato.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Determinação das receitas e custos de construção e locação de ativos

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato.

Na primeira etapa do contrato que compreende a construção das obras, as receitas e os custos associados ao contrato de construção são reconhecidos, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

Na segunda etapa do contrato que compreende o período de arrendamento mercantil dos ativos, será reconhecida a atualização do ativo financeiro e locação de ativos registrado a valor justo com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Consiste basicamente em valores mantidos em caixa e bancos com liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Contas a receber e contas a receber de locação de ativos

Referem-se substancialmente pelas contas a receber decorrentes do contrato de longo prazo com a SABESP, qualificado como contrato de arrendamento mercantil financeiro, com base na Interpretação Técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares de Arrendamento Mercantil e no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operação de Arrendamento Mercantil. Esses valores são apresentados no ativo circulante e não circulante, com base no respectivo prazo previsto de realização, sendo devidamente atualizado pelo prazo do referido contrato, trazidos a valor presente.

3.2. Ativo financeiro

Representado pelo direito a faturar decorrente do Contrato de Longo Prazo com a SABESP. Na primeira etapa do contrato, que compreende o período de construção, é representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade (representados pelas contas a receber da SABESP) são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.3. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e os custos de construção são reconhecidos pelo valor justo de acordo com o percentual de execução das obras contratadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4.

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o período de competência.

Conforme descrito na nota nº 1, a operação de locação de ativo da Sociedade é caracterizada como uma operação de venda financiada e, para retratar essa nova operação, as seguintes práticas contábeis foram adotadas:

- (a) Reconhecimento contábil da venda do ativo no resultado no exercício de 2016, com a contabilização da receita pelo valor justo em contrapartida com as contas a receber de cliente (circulante e não circulante) e do custo pelo valor contábil do investimento.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

3.4. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mantidos até o vencimento e com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.7. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e CPC, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Sociedade. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Sociedade tenha direito na operação. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

(iii) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Caixa e bancos | 5 | 11 |
| Aplicações financeiras | 5.328 | 5.149 |
| Total | <u>5.333</u> | <u>5.160</u> |

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas de 97% a 99,25% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2017.

5. Contas a receber

Representados por:

| | 2017 | 2016 |
|----------------------|--------------|--------------|
| Contas a receber (a) | 1.328 | 1.323 |
| Total | <u>1.328</u> | <u>1.323</u> |
| Ativo circulante | 1.110 | 1.323 |
| Ativo não circulante | 218 | - |
| Total | <u>1.328</u> | <u>1.323</u> |

Contas a receber - locação de ativo

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------------|---------------|---------------|
| Contas a receber - locação de ativo (a) | 186.960 | 200.296 |
| Recebimentos | (36.363) | (36.517) |
| Ajuste a valor presente | (89.058) | (94.272) |
| Ajuste pela taxa de retorno (b) | 29.926 | 20.019 |
| Total | <u>91.465</u> | <u>89.526</u> |
| Ativo circulante | 13.634 | 13.335 |
| Ativo não circulante | 77.831 | 76.191 |
| Total | <u>91.465</u> | <u>89.526</u> |

(a) Representa valores a receber da SABESP referente à locação da estação de tratamento de esgoto em São José dos Campos;

(b) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 16,89% ao ano, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prazo médio das contas a receber é de 35 dias. Em 31 de dezembro de 2017 não havia saldos vencidos registrados nas contas a receber. Em função de não existir histórico de valores relevantes de inadimplência nas contas a receber, a Sociedade não constituiu provisão para perdas.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato até o fim do contrato e o gasto efetivo com investimento realizado somado a estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

| | |
|-----------------------|---------------|
| Exercício a findar em | |
| 2018 | 13.633 |
| 2019 | 14.122 |
| 2020 | 14.711 |
| Após 2020 | 48.999 |
| Total | <u>91.465</u> |

6. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativos a financiamentos, estavam representados por:

| Instituição financeira | Encargos financeiros | Vencimento | 2017 | | 2016 | |
|-------------------------|----------------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | | | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| Caixa Econômica Federal | TR + 8,7% a. a. | 12/08/2035 | 10.178 | 73.540 | 10.538 | 75.257 |

O financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal em 06 de maio de 2013 no montante de R\$ 74.748, tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados, referente o Contrato de Locação de Ativos firmado junto à SABESP. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 29 de julho de 2013. Esse contrato tem um prazo de carência de até 27 meses contados a partir da assinatura do contrato. A amortização de principal e juros será efetuada, durante 240 meses, em prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no dia 12 do mês subsequente ao término do prazo de carência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, A Sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante no contrato ("covenants"):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter até a conclusão dos empreendimentos, a relação entre o saldo devedor do financiamento e o capital social da Sanevap na proporção mínima de 93/7;
 - Manter, concomitantemente, durante a vigência do financiamento, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual de 1,1 na fase de amortização, além de manter na conta reserva o saldo equivalente ao valor de três prestações mensais, sendo que a Sanevap deverá observar o regramento quanto à reposição do ICSD, conforme demonstramos a seguir:
- a) O ICSD será calculado anualmente da seguinte forma:
- $ICSD = \text{Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período (A)} / \text{serviço da dívida no período (B)}$;

Onde:

- Fluxo de caixa operacional;
 - (+) Caixa acumulado;
 - (B) = Amortização do principal;
 - (+) Pagamento de juros (taxa de administração + taxa de risco de crédito + taxa de juros).
- b) Cumulativamente o VML anual dividido pelo Serviço da Dívida Anual deve ser maior ou igual a 1,3 durante o período de amortização;
- c) Na fase de amortização, proceder à manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), conforme segue:
- c.1) Atendido: sem restrição à distribuição de dividendos ou Juros Sobre Capital Próprio;
- c.2) Caso não atendido: proibida a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução do capital, observando ainda:
- Em no máximo 90 dias, sob pena de vencimento antecipado, a Sanevap deverá recompor o ICSD até que ocorra a primeira das hipóteses a seguir:
 - a) A dívida com a CAIXA seja quitada;
 - b) A Sanevap recomponha o índice igual ou maior a 1,2;

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Caso a recomposição acima mencionada seja realizada por meio de mútuo entre as Acionistas e a Sanevap, o mesmo deverá ter vencimento posterior ao final de vigência do contrato de financiamento. Sua amortização, total ou parcial, poderá ser realizada, desde que a Sanevap quando da nova apuração tenha atingido os índices (ICSD e VML/Serviço da Dívida) inicialmente pactuados.
- c.3) A primeira apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ocorrerá após um período mínimo de faturamento da Sanevap de 12 (doze) meses, que compreenderá os meses de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.
- Não contrair endividamento sem a prévia e expressa anuência da Caixa.
 - Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, Juros Sobre o Capital Próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, desde que seja atendido o ICSD mínimo.

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade cumpriu todas as cláusulas restritivas (covenants) vigentes relativas ao contrato de financiamento.

7. Contas a pagar - partes relacionadas

Representado por:

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------------------|-----------|-----------|
| GS Inima Brasil Ltda. | 19 | 18 |
| Contas a pagar - partes relacionadas | <u>19</u> | <u>18</u> |

8. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017 o valor do capital social integralizado é de R\$ 7.826 e está representado por 7.826 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

| | Ações ordinárias | % Participação |
|-------------------------------------------|------------------|----------------|
| GS Inima Brasil Ltda. | 3.920 | 50,10% |
| CESBE S.A. - Engenharia e Empreendimentos | 2.340 | 29,90% |
| Construtora Elevação Ltda. | 1.566 | 20,00% |
| | <u>7.826</u> | <u>100%</u> |

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

A totalidade dos dividendos distribuídos referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 407, é referente aos dividendos mínimos obrigatórios e será pago aos acionistas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

| | 2017 |
|--------------------------------------|-------|
| Lucro líquido do exercício | 1.712 |
| Lucro líquido após ajustes | 1.712 |
| Reserva legal de 5% do lucro | (86) |
| Base de cálculo | 1.626 |
| Dividendos estatutários obrigatórios | 25% |
| Dividendos propostos | 407 |

A composição dos dividendos a pagar, está demonstrada a seguir:

| | 2017 |
|-------------------------------------------|------|
| GS Inima Brasil Ltda. | 203 |
| CESBE S.A. - Engenharia e Empreendimentos | 123 |
| Construtora Elevação Ltda. | 81 |
| Dividendos a pagar | 407 |

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Receita líquida de obras

São representadas por:

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|-----------------|-------------|-------------|
| Receita líquida | 13.902 | 98.011 |

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Receita de locação de ativo | 15.121 | 16.713 |
| Receita de venda | - | 82.697 |
| Receita de obras | - | 71 |
| PIS | (217) | (262) |
| COFINS | (1.002) | (1.208) |
| Receita líquida | <u>13.902</u> | <u>98.011</u> |

10. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--------------------------------------------|--------------|---------------|
| Custos | | |
| Custo dos serviços prestados de construção | - | 82.761 |
| Outros custos operacionais | 1.811 | 332 |
| Total de custos | <u>1.811</u> | <u>83.093</u> |

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Despesas | | |
| Serviços prestados | 262 | 249 |
| Despesas diversas | 92 | 145 |
| Crédito de PIS/COFINS não cumulativos | (539) | (543) |
| Total de despesas | <u>(185)</u> | <u>(149)</u> |

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Outras receitas e despesas operacionais | | |
| Ganho e perda de capital imobilizado | 6 | - |
| Total de outras receitas e despesas operacionais | <u>6</u> | <u>-</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo não circulante e no ativo não circulante estão representados por:

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| Ativo diferido: | | |
| Prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa | 7.364 | 8.211 |
| Provisão para riscos trabalhistas | - | 69 |
| Passivo diferido: | | |
| Ajustes referentes as diferenças entre práticas contábeis fiscais e societárias (a) | <u>(16.119)</u> | <u>(9.769)</u> |
| Base de cálculo | <u>(8.755)</u> | <u>(1.489)</u> |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Total | <u><u>(2.976)</u></u> | <u><u>(506)</u></u> |

(a) Referem-se aos ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionadas ao reconhecimento do ativo financeiro, conforme Lei nº 11.638/2007.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável é como segue:

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|----------------------------|-----------------------|---------------------|
| Exercício a findar em 2035 | <u>(2.976)</u> | <u>(506)</u> |
| Total | <u><u>(2.976)</u></u> | <u><u>(506)</u></u> |

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Resultado financeiro

| | 2017 | 2016 |
|------------------------------------------|----------------|----------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 437 | 511 |
| Outras receitas financeiras | 2 | 13 |
| Total das receitas financeiras | <u>439</u> | <u>524</u> |
| Despesas financeiras: | | |
| Juros pagos ou incorridos | (7.869) | (9.186) |
| Despesas bancárias | (11) | (15) |
| Variação cambial passiva | - | - |
| Total despesas financeiras | <u>(7.880)</u> | <u>(9.201)</u> |
| Resultado financeiro | <u>(7.441)</u> | <u>(8.677)</u> |

II. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 4.829 | 6.390 |
| Alíquota combinada vigente | 34% | 34% |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente | (1.642) | (2.173) |
| Ajuste para a alíquota vigente | | |
| Outros ajustes | (1.476) | (230) |
| Imposto de renda e contribuição social contabilizados | <u>(3.118)</u> | <u>(2.403)</u> |
| Receita de imposto de renda e contribuição social: | | |
| Correntes | (648) | (734) |
| Diferidos | (2.470) | (1.669) |
| Total | <u>(3.118)</u> | <u>(2.403)</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

| | 2017 | 2016 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Básico | | |
| Lucro líquido do exercício | 1.712 | 3.987 |
| Número de ações ao fim do exercício (em milhares) | 7.826 | 7.826 |
| Lucro líquido por ação - básico - R\$ | <u>0,219</u> | <u>0,509</u> |
| Diluído | | |
| Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação | 1.712 | 3.987 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares) | 7.826 | 7.826 |
| Lucro líquido por ação - diluído - R\$ | <u>0,219</u> | <u>0,509</u> |

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

14. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

15. Instrumentos financeiros

15.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

15.2. Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes.

15.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

15.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

16. Cobertura de seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Sociedade.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

| <u>Modalidade de seguro</u> | <u>Riscos cobertos</u> | <u>Limites de indenização</u> |
|-----------------------------|------------------------|-------------------------------|
| Todos os riscos | Riscos operacionais | 40.000 |

17. Eventos subsequentes

A Sociedade não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitem ser divulgados.

18. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 15 de fevereiro de 2018.